



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

REQUERIMENTO /2003

(Do Sr. Deputado Gastão Vieira)

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, Inciso XIII e com base na exposição de motivos abaixo, requero a realização de um Seminário “Os novos rumos da Alfabetização de Crianças” para discutir a Revisão de Políticas e Práticas de Alfabetização de Crianças, com a participação de especialistas nacionais e internacionais, de reconhecida competência acadêmica na área de alfabetização de crianças. O Seminário será convocado pelo Sr. Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e terá um prazo de 120 dias, para apresentar a esta Comissão:

1. Uma síntese atualizada e rigorosa dos conhecimentos científicos sobre alfabetização de crianças disponíveis na literatura acadêmica especializada;
2. Estudos de caso a respeito dos programas de ensino, políticas e práticas de alfabetização de crianças em alguns países com experiências relevantes de melhorias de qualidade;
3. Uma análise da qualidade da produção científica nacional na área de alfabetização de crianças;
4. Uma análise das políticas, práticas e resultados da alfabetização de crianças no Brasil;
5. Recomendações específicas para o Brasil, especialmente no que se refere a:
 - Orientações, parâmetros, programas e padrões para o ensino de alfabetização;
 - Metas e critérios para estabelecimento de metas de alfabetização;
 - Recomendações para a elaboração de materiais didáticos;
 - Recomendações para a formação básica de professores alfabetizadores;
 - Recomendações para a avaliação da alfabetização.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

O Brasil não vem conseguindo alfabetizar adequadamente a maioria das crianças que freqüentam as nossas escolas públicas. As evidências a respeito são abundantes e incontestáveis:

- Mais da metade dos alunos de 4^a, 8^a e 3^a série do ensino médio não dominam as competências mínimas estabelecidas para os teste do SAEB. No ensino médio essa proporção chega a mais de 80%;
- Estudo do UNICEF revela a existência de mais de 1 milhão de jovens de 17 a 18 anos analfabetos – a maioria deles matriculados em escolas de ensino fundamental;
- Estudos realizados em diversos estados com projetos de aceleração da aprendizagem revelam que entre 20 e 60% dos alunos defasados das quatro primeiras séries também são analfabetos. Projetando esses dados para o país teríamos de 4 a 5 milhões de analfabetos entre os 18,5 milhões de alunos do ensino fundamental, além dos 6 milhões de alunos da primeira série;
- Pesquisas do Instituto Montenegro revelam que apenas 33% dos brasileiros adultos compreendem adequadamente o que lêem em textos relacionados com o cotidiano;
- O estudo internacional comparativo realizado pela OECD (PISA) revela que 56% dos brasileiros com 15 anos de idade que conseguiram chegar até a 7^a ou 8^a série possuem apenas o nível básico de decodificação de leitura – que deveria ser ensinado na primeira série do ensino fundamental, e são incapazes de compreender textos adequados para as séries de ensino em que estão matriculados.

Apesar de ter instituído mecanismos de avaliação externa da aprendizagem há mais de 10 anos – só do SAEB tivemos 6 rodadas a cada dois anos – nem o Brasil, como um todo, nem os estados ou municípios, individualmente, vêm conseguido utilizar os resultados da avaliação para melhorar a qualidade de ensino. Na verdade, há indicadores que essa qualidade vem se deteriorando nas duas últimas rodadas de avaliação do SAEB. Ou seja: não apenas o Brasil anda mal, mas vem se demonstrando incapaz de aprender. As avaliações não vêm cumprindo seu objetivo maior, que é o de informar a mudança de políticas que levem à melhoria de qualidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

A experiência recente de inúmeros outros países aponta cenários bem diversos. Em vários países da Ásia como a Tailândia, Coreia, Malásia e Cingapura, observaram-se profundas reformas educacionais que implicaram ao mesmo tempo a expansão do sistema e o aumento de qualidade. Partindo de uma situação pior do que a do Brasil, em pouco menos de 40 anos – 20 em alguns desses países – o nível de desempenho é comparável ao dos países europeus. Nos últimos 30 anos, a ampliação do espaço europeu levou diversos países a usarem a avaliação como padrão para a comparação e estabelecimento de metas de desempenho. Alguns países fizeram progressos notáveis, como Espanha, Portugal e Grécia. Na maioria dos estados europeus onde o nível educacional já se encontrava num patamar razoável de desempenho, a avaliação vem servindo como indicador para aumentar a quantidade de alunos que atingem os mínimos desejados, dentro do princípio da equidade.

De diversas partes do país estão me chegando informações de que, no conjunto das mazelas que afetam as políticas educacionais do Brasil, uma das mais graves é a incapacidade dos sistemas públicos de ensino de alfabetizar os alunos. Há indícios de que temos problemas com a formulação de parâmetros curriculares, de que os estudiosos e pesquisadores do país se encontram defasados em relação à evolução dos conhecimentos científicos, metodológicos e técnicos na área, que consequentemente a formação dos professores é inadequada. Também há fortes evidências de que tentativas de capacitação – por mais bem intencionadas que sejam – não são nem serão capazes de suprir deficiências básicas de formação. E há, também, carência de materiais adequados para os alunos, além das limitações e insuficiências das políticas de aquisição de materiais didáticos.

O Brasil acaba de eleger um governo que acena para mudanças nas políticas sociais. Essas mudanças só fazem sentido se tiverem por objetivo melhorar a condição dos mais pobres – que no Brasil são a maioria da população e a quase totalidade dos que freqüentam as escolas públicas. Cabe, portanto, começar pelo começo. Sem se alfabetizar, é impossível a um aluno acompanhar adequadamente o programa de ensino das séries posteriores. Por outro lado, de nada adianta alfabetizar os 20 milhões de adultos analfabetos se o sistema educacional continua lançando anualmente 2 milhões de analfabetos funcionais com diplomas de 8ª série.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Por essas razões, venho requerer a realização de um balanço da situação da alfabetização das crianças no Brasil. Sugiro que esse Seminário tenha caráter internacional e seja composto por profissionais de reconhecida competência. Que examine com isenção e profundidade a situação do país, a experiência internacional. E que proponha subsídios para o aprimoramento da legislação, das políticas e das práticas que contribuam para assegurar que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final da primeira série do ensino fundamental.

Sala da Comissão, 1º de abril de 2003.

GASTÃO VIEIRA

Deputado Federal